

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

de 2015. O Star One D1, equipado com transponders em Banda C, Banda Ku e Banda Ka, é o maior satélite já construído pela Star One. Seu lançamento está previsto para o 4º trimestre de 2016. **Jogos Olímpicos Rio 2016.** A Claro é patrocinadora e Forneceadora Oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 na categoria Telecomunicações e vai fornecer toda a infraestrutura necessária para a realização dos jogos. O projeto possui uma dimensão bastante desafiadora em função da simultaneidade das competições e, consequentemente, do volume de dados trafegados. Serão 34 locais de competição. Em apenas 17 dias, serão disputadas 306 provas com medalhas. O Brasil receberá 10.500 atletas de 205 países. Temos orgulho de estar presentes nos eventos mais importantes que acontecem no país, fornecendo soluções de TI e Telecomunicações com mobilidade, com a mesma qualidade e excelência que entregamos todos os dias aos nossos clientes.

3 - Setor de Telecomunicações

Regulatório. A Companhia, através de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas à regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Ao longo de 2015 foram promovidas algumas inovações regulamentares, dentre as quais destacamos a publicação do Regulamento sobre Gestão de Riscos das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública, do Regulamento do Acompanhamento de Compromissos de Aquisição de Produtos e Sistemas Nacionais e estabelecimento regras específicas para o cumprimento do Compromisso de Aquisição de Produtos de Tecnologia Nacional, do Regulamento das Condições de Aferição do Grau de Satisfação e da Qualidade Percebida Junto aos Usuários de Serviços de Telecomunicações e da alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz. Ao longo do ano a Companhia enviou máximos esforços no atendimento das obrigações regulatórias, tendo, ao final de 2015, um total de 1.616 Telêfones de uso público (TUPs) ativados em atendimento ao disposto no contrato de concessão e no Plano Geral de Metas para Universalização (PGMU).

4 - Governança Corporativa - 2015

Transparência e Ética é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia e suas controladas, particularmente seus acionistas. Para isso, a Claro dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Política de Divulgação, Código de Ética, entre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente. • Projeto Sarbanes Oxley (“SOX”) - dando continuidade ao cumprimento da Lei Sarbanes Oxley, a Companhia mantém um elevado nível dos controles internos e, na condição de investidor relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. Em 2015, encontramos-se levantados e revisados os processos relevantes, tendo sido processadas as melhorias e correções necessárias. A Administração da Claro avalia que a aplicação das exigências da SOX acabou por trazer relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos. • Conselho de Administração – é composto por 5 membros, todos eleitos em Assembleia Geral • Código de Ética – implantado em 2005 e revisado em 2014, o Código reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Comitê de Ética se reúne periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas.

5 - Investimentos

Investimentos no País. A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços focando sempre na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Em 2015, a Companhia, investiu R\$9.228 milhões. A maior parcela dos investimentos foi direcionada para atender a investimentos em infraestrutura de rede e TV por Assinatura. Os outros investimentos relevantes foram direcionados para atender acessos, infraestrutura e serviços locais, satélites, serviços de dados e internet, tecnologia da informação e call center.

Em R\$ Milhões	2015		2014	
Infraestrutura de Rede	5.672	61,5%		
TV por Assinatura	1.478	16,0%		
Acesso, Infraestrutura e Serviços Locais	467	5,1%		
Satélites	552	5,9%		
Serviços de dados e Internet	462	5,0%		
Outros (Incluindo TI e Call Center)	598	6,5%		
TOTAL	9.229	100,0%		

6 - Desempenho Financeiro

A incorporação, citada no item 1, teve eficácia a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme estipulado no Protocolo e Justificação de Incorporação. Desta forma, os efeitos desta incorporação somente afetaram o resultado consolidado da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015.

Demonstração de Resultado R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	Δ%	2015	2014	Δ%
Receita líquida	32.838,1	13.953,8	135,3%	33.695,4	13.966,9	141,3%
Custos e despesas	(23.684,7)	(10.489,2)	125,6%	(23.949,4)	(10.407,1)	130,1%
EBITDA	9.153,4	3.464,6	165,0%	9.746,0	3.559,8	173,8%
Equivalência patrimonial	150,7	(5,9)	-2.632,7%	(1,0)	(62,1)	98,4%
Depreciação e amortização	(6.857,5)	(2.701,1)	153,9%	(7.063,6)	(2.768,7)	155,1%
EBIT	2.446,6	747,6	227,3%	2.681,4	729,0	267,8%
Resultado financeiro	(7.278,3)	(2.388,3)	204,7%	(7.418,3)	(2.338,8)	217,2%
Resultado antes de impostos	(4.831,7)	(1.640,8)	194,5%	(4.736,9)	(1.609,8)	194,3%
Imposto de renda e contribuição social	1.198,9	520,9	130,2%	1.104,4	489,9	125,4%
Prejuízo líquido	(3.632,8)	(1.119,9)	224,4%	(3.632,5)	(1.119,9)	224,4%
Acionistas controladores	(3.632,8)	(1.119,9)	(224,4%)	(3.632,8)	(1.119,9)	(224,4%)
Acionistas não controladores	-	-	-	0,3	0,0	1.555,8%

Para fins comparativos, apresentamos também como informação adicional o demonstrativo proforma de resultado da Companhia consolidado com as empresas incorporadas no mesmo período do ano anterior.

Demonstração de Resultado R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	2015	2014 (*)	Δ%	2015	2014 (*)	Δ%
Receita líquida	32.838,1	33.549,3	-2,1%	33.695,4	32.852,0	2,6%
Custos e despesas	(23.684,7)	(24.604,4)	-3,7%	(23.949,4)	(23.730,9)	0,9%
EBITDA	9.153,4	8.944,9	2,3%	9.746,0	9.121,1	6,9%
Equivalência patrimonial	150,7	168,8	-10,7%	(1,0)	(84,2)	-98,8%
Depreciação e amortização	(6.857,5)	(6.675,4)	2,7%	(7.063,6)	(6.562,5)	7,6%
EBIT	2.446,6	2.438,3	0,3%	2.681,4	2.474,4	8,4%
Resultado financeiro	(7.278,3)	(4.122,1)	76,6%	(7.418,3)	(4.073,2)	82,1%
Resultado antes de impostos	(4.831,7)	(1.683,8)	186,9%	(4.736,9)	(1.598,8)	196,3%
Imposto de renda e contribuição social	1.198,9	289,4	314,3%	1.104,4	238,3	363,4%
Prejuízo líquido	(3.632,8)	(1.394,4)	160,5%	(3.632,5)	(1.360,5)	167,0%

(*) Resultado Proforma

7 - Responsabilidade Social

Instituto Embratel Claro e Responsabilidade Social Corporativa. O Instituto Embratel Claro, mantido pelas controladas Claro e Star One, tem como missão aliar as tecnologias da informação e da comunicação à educação e ao desenvolvimento social. A organização é o resultado da união realizada em setembro de 2013 entre o Instituto Embratel (criado em abril de 2001) e o Instituto Claro (aberto em junho de 2008). Alinhada à premisa do Grupo América Móvil em ser uma organização que impacta positiva e permanentemente as comunidades que atende e das quais faz parte, o Instituto Embratel Claro atua em atividades que favorecem o desenvolvimento social, cultural e educacional. Além disso, apoia o desenvolvimento integral das comunidades, estabelece parcerias com institutos e fundações que se dedicam ao desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras e proporciona acesso à internet a cada vez mais pessoas. O Instituto Embratel Claro é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça. Também é reconhecido pelo Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (DPI/ONU) como uma organização não governamental corporativa que promove os ideais e princípios sustentados pela Carta das Nações Unidas. E por acreditar que os projetos desenvolvidos vêm contribuindo para a melhoria da educação no país, subsidiando os envolvidos na cadeia produtiva desses programas com materiais de qualidade e proporcionando a conexão de pessoas, a NET lançou, em 2014, o seu posicionamento institucional “O Mundo é para ser Melhor”, evidenciando ainda mais o compromisso da empresa com a Educação, Cultura e Cidadania. **Prêmios e Reconhecimentos de 2015.** • Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ) certifica o Instituto Embratel Claro como Empresa Cidadã pelo quinto ano consecutivo. • Ranking Benchmarking Ambiental Brasileiro – O Instituto Embratel Claro foi o 13º colocado entre as melhores Práticas da Gestão Socioambiental Brasileira na edição de 2015 do Ranking Benchmarking com o case “Tecnologia como ponte de ações sustentáveis: exemplos da Turma do Sítio”. • Parceria WWF – A Claro renovou sua parceria com a ONG WWF no Brasil permanecendo como membro do Clube Corporativo. O Clube foi desenvolvido com o objetivo de criar uma rede de organizações alinhadas com o princípio da responsabilidade socioambiental corporativa e com temas relevantes para o mercado e para a sociedade. O Instituto Embratel Claro é o representante da Claro no Clube Corporativo WWF.

8 - Recursos Humanos

As pessoas são o maior ativo do negócio Claro. Por isso, o processo de desenvolvimento de Recursos Humanos deve ser compreendido como parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento e esforço organizacional em torno deste tema têm como objetivo assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade de talentos preparados e comprometidos com os constantes desafios que a dinâmica do próprio negócio apresenta, com sua cultura e visão estratégica. Cabe à área de Recursos Humanos assegurar a melhoria da produtividade e da performance por meio da promoção contínua da inovação e do desenvolvimento de nossos colaboradores, conhecendo-os, capacitando-os, expandindo seu potencial através de programas de treinamento e desenvolvimento, e, por fim, proporcionando-lhes um bom clima organizacional, que resulte em satisfação por pertencermos à Companhia. **Agradecimentos** Agradecemos a todos com quem nos relacionamos durante o ano, em especial a confiança de nossos clientes, o trabalho profissional e dedicado dos funcionários desta Companhia, o apoio dos acionistas, dos governos, dos nossos fornecedores e a parceria de toda a comunidade. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2015	2014	2015	2014	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	470.780	121.073	533.531	141.198
Títulos e valores mobiliários	5	14.932	-	-	-
Contas a receber, líquido	6	5.808.539	5.324.594	5.901.769	5.436.727
Partes relacionadas	16	1.339.478	682.281	1.035.470	516.906
Estoques	7	471.825	633.388	507.573	676.794
Tributos a recuperar, líquidos	8.1	1.113.327	1.266.057	1.228.731	1.327.918
Outros ativos	4.1	416.201	551.964	457.164	606.096
		9.635.082	8.579.357	9.664.238	8.705.639
Não circulante					
Tributos a recuperar, líquidos	8.1	1.061.262	1.215.138	1.091.176	1.248.583
Tributos diferidos, líquidos	8.2	6.614.352	5.244.964	6.748.256	5.377.330
Depósitos judiciais		2.692.458	2.405.252	2.710.022	2.422.537
Partes relacionadas	16	132.070	106.262	92.993	91.801
Outros ativos		179.398	338.774	195.630	252.491
Investimentos	9	2.136.626	2.261.762	71	334
Imobilizado	10	27.578.073	26.524.309	30.912.193	29.417.336
Intangível	11	11.040.818	10.425.912	11.232.404	10.582.536
		51.435.057	48.522.373	52.981.845	49.392.948
Total do ativo		61.070.139	57.101.730	62.646.083	58.098.587

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Ações em tesouraria	Reserva especial para dividendos não distribuídos		Reserva de incentivos fiscais	Ganho (Perda) em transação de capital	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Recursos de acionistas para futuro aumento de capital	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
				2015	2014								
Saldos em 31/12/2013	10.521.900	-	205.191	(124.108)	3.255.507	4.141	-	(2.368.634)	-	11.493.997	7.042	-	11.501.039
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	3.255.507	-	-	(1.119.900)	-	(1.119.900)	-	18	(1.119.882)
Aumento de capital	7.042	-	-	-	-	-	-	7.042	-	7.042	-	18	(1.119.882)
Redução de capital	(4.747.831)	-	-	-	-	-	(12.231)	-	-	(4.760.062)	-	-	(4.760.062)
Incorporação	6.261.891	1.243.430	-	-	-	-	-	(146.325)	(151.196)	7.207.800	-	-	7.207.800
Cancelamento das ações em tesouraria	-	-	-	124.108	(124.108)	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção dos prejuízos acumulados	-	-	(205.191)	-	(3.131.399)	-	-	3.336.590	-	-	-	-	-
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67	67
Saldos em 31/12/2014	12.043.002	1.243.430	-	-	4.141	(12.231)	(298.269)	(151.196)	12.828.877	85	12.828.962	85	12.828.962
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	3.632.821	-	-	3.632.821	-	298	-	298	(3.632.523)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	5.066	-	-	5.066	-	-	-	-	5.066
Redução de capital (Nota 18)	(344.355)	-	-	-	-	-	-	-	-	(344.355)	-	-	(344.355)
Outros efeitos em controlada	-	-	-	-	-	-	-	425	-	425	-	(481)	(56)
Aumento de capital (Nota 18)	797.115	(8.115)	-	-	-	-	-	789.000	-	789.000	-	-	789.000
Atualização do passivo atuarial (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	71.925	71.925	-	-	-	71.925
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	767	767	-	-	-	767
Perda da reserva especial de ágio	-	(9.681)	-	-	-	-	-	9.681	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	12.495.762	1.225.634	-	-	4.141	(12.231)	(3.915.918)	(78.504)	9.718.884	(98)	9.718.786	(98)	9.718.786

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. Histórico e contexto operacional: A Claro S.A. (“Claro” ou “Companhia”), companhia de capital fechado, foi constituída em 7 de abril de 1992, sediada na Rua Flórida, 1970, na Cidade e Estado de São Paulo, e atua no mercado de telecomunicações, principalmente, de telefonia local e de longa distância nacional e internacional (“STFC”), no Serviço Móvel Pessoal (“SMP”), em transmissão de dados (“SCM”) e TV por assinatura (“SEAC”); de telefonia local e de longa distância, Serviço Móvel Pessoal (SMP), dados e TV por assinatura. A Companhia é controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. (“América Móvil”), organizada e existente de acordo com as leis do México. Em 17 de julho de 1997, a Companhia foi a vencedora da licitação realizada para a concessão do serviço móvel celular para a área de concessão 1, compreendendo a cidade de São Paulo e 63 distritos e municípios próximos a capital, iniciando as operações a partir de maio de 1998. A Companhia detém controle direto, principalmente, das seguintes controladas: (i) Star One S.A. (“Star One”), que é a principal provedora brasileira de capacidade satelital, (ii) Primyses Soluções Empresariais S.A. (“PMS”), que presta serviços especializados de circuito e de rede de telecomunicações; (iii) Telmex do Brasil S.A. (“TDB”), que presta serviços de comunicação de dados e internet; (iv) BrasilCenter Comunicações Ltda. (“BrasilCenter”), operadora de call center, (v) Reyce Comércio e Participações Ltda. (“Reyce”), que atua na importação e venda de equipamentos, (vi) Net Brasil Serviços de Televisão por Assinatura S.A. (“Net Brasil”), que atua na representação e locação de produtos e acessórios nacionais e estrangeiros inerentes à televisão por assinatura, a intermediação, por conta própria ou alheia, de programação, comerciais, projetos de patrocínio e procedimentos de mídia e venda de espaços comerciais e exploração de canais relacionados a televisão por assinatura, e (vii) Música S.A. (“Música”) que atua como provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música do Brasil e do mundo, desenvolve plataformas de gestão e distribuição de música e realiza projetos de *music branding* para grandes marcas. Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso. Da mesma forma, a licença para exploração dos serviços de satélites brasileiros outorgadas à controlada Star One, renovadas em 31 de dezembro de 2005, é a título oneroso, e pode ser renovada por mais 15 anos. A Claro arrematou no dia 30 de setembro de 2014, através do edital de licitação nº 2/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL um dos lotes oferecidos no leilão do 4G, promovido

pela ANATEL. Esse lote de abrangência nacional permite à vencedora oferecer o serviço de banda larga de quarta geração na frequência de 700 MHz em todo o país. Em 8 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o extrato do Termo de Autorização assinado junto à ANATEL referente a aquisição de Radiofrequência na faixa de 700MHz, com prazo de expiração em dezembro de 2029, renovável por mais quinze anos a título oneroso. As operadoras vencedoras deste leilão ficaram obrigadas a constituir em até 90 dias da data de publicação do extrato do Termo no DOU uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), a qual ficou responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação. Assim, em 02 de março de 2015, foi constituída a Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, da qual são associadas a Claro e as empresas Telefônica Brasil S/A, Algar Celular S/A e TIM Celular S/A. Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pelas controladas da Companhia:

Empresa	Licença
	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local**
	Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional*
	Serviço Móvel Pessoal (SMP)
	Serviço de Comunicação de Dados (SCM)**
	Serviço de Acesso Condicionado (SEAC)**
	Serviço Móvel Marítimo (SMM)**
Claro	Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS)**
	Serviço de Comunicação de Dados (SCM)**
Star One	Exploração de Satélite
PMS	Serviço de Comunicação de Dados (SLE)**
TDB	Serviço de Comunicação de Dados (SCM)**

* Termo final em 2025. ** Licenças por prazo indeterminado. A Claro possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal (“SMP”) por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	PRAZOS						
	450 MHz	850 MHz	900 MHz	1800 MHz	3G1900 – 2100 MHz	4G – 2500 MHz	4G – 700 MHz
Nacional						Outubro, 2027***	Dezembro, 2029
Acre	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	-
Rorondônia	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	-

	Embrapar	Embratel	NET
Ativo			
Ativo circulante	4.037	2.510.529	1.695.394
Ativo não circulante	10.808.622	19.737.834	11.735.547
Total do ativo	10.812.659	22.248.363	13.430.941
Passivo			
Passivo circulante	26.118	2.286.859	2.192.561
Passivo não circulante	4.329	13.550.711	4.425.991
Acervo líquido contábil avaliado	10.782.212	6.410.793	6.812.389

Em decorrência das cisões na Embrapar e Embratel antes da incorporação e eliminações dos saldos de investimentos entre as empresas incorporadas e a Claro, o acervo líquido contábil ajustado em 30 de setembro de 2014 (data-base da incorporação), de acordo com os laudos de avaliação contábil, apresenta o seguinte efeito no patrimônio líquido da Claro:

	Embrapar	Embratel	NET	incorporado na Claro
Capital	345.495	189.246	5.728.150	6.261.891
Reservas de capital	-	155.191	1.084.239	1.243.430
Resultado abrangente	-	(159.191)	-	(159.191)
	345.495	188.246	6.812.389	7.346.130

Em decorrência desta incorporação, todas as ações representativas do capital social das empresas incorporadas foram extintas e foi aprovado o aumento do capital social da Claro no montante de R\$6.261.891, com a emissão de 34.523 novas ações, nominativas e sem valor nominal, sendo 3.153 mil ações ordinárias e 31.369 mil ações preferenciais. O capital social da Claro passou a ser de R\$12.430.002. As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais apuradas a partir da Data-Base da incorporação até a data da integração e consolidação foram elaboradas com apoio em diversos bases de avaliações contábil nas interpretações contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Para fins de comparação com o período corrente, reclassificamos para custo os valores de FUST e FUNTEL de aproximadamente R\$130.525 referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, anteriormente apresentados como redutores de receita. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. Os novos pronunciamentos, interpretações, alterações ou melhorias, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, estão descritos a seguir:

Efeitos da incorporação	Capital	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízo do período e outros	Total
No patrimônio líquido em 30 de setembro de 2014	6.261.891	1.243.430	(159.191)	-	7.346.130
Variações do período:	-	-	7.995	(146.325)	(138.330)
No patrimônio líquido em 30 de dezembro de 2014	6.261.891	1.243.430	(151.196)	(146.325)	7.207.800

Como decorrência da Reestruturação, tornou-se necessário - em atendimento a determinadas exigências regulatórias - a obtenção pela Claro Telecom Participações S.A. ("ClaroPar"), do registro de companhia aberta junto à CVM, que foi deferido em 5 de dezembro de 2014. Em função dos acionistas não controladores, a operação de troca de ações das empresas incorporadas por ações da Claro se deu a valor econômico, sendo esse baseado em laudo de especialista. A incorporação teve eficácia a partir de 31 de dezembro de 2014, conforme estipulado no Protocolo e Justificação de Incorporação. Desta forma, os efeitos desta incorporação somente afetaram o resultado da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015. Para fins de comparabilidade com o exercício corrente, o qual foi o primeiro exercício completo após a reorganização societária, estamos apresentando abaixo a demonstração do resultado da Companhia, caso o efeito da incorporação tivesse ocorrido no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora	Consolidado
Reculta operacional líquida	33.549.270	32.852.033
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(22.045.783)	(20.788.404)
Lucro bruto	11.503.487	12.063.629
Despesas operacionais, líquidas	(9.065.190)	(9.589.210)
Comercialização dos serviços	(6.425.571)	(6.495.454)
Gerais e administrativas	(2.991.771)	(3.172.686)
Outras receitas operacionais, líquidas	183.344	163.105
Equivalência patrimonial	168.808	(84.175)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	2.438.297	2.474.419
Resultado financeiro	(4.122.129)	(4.073.242)
Resultado antes dos impostos	(1.683.832)	(1.598.823)
Imposto de renda e contribuição social	289.401	238.322
Prejuízo do exercício	(1.394.431)	(1.360.501)

a) **Análise sobre risco de continuidade.** Embora em 31 de dezembro de 2015, a Companhia consolidada apresente capital circulante líquido negativo em R\$2.714.557, o acionista controlador América Móvil tem capacidade de, se necessário, prover o suporte financeiro necessário para a continuidade da Companhia e suas controladas nos próximos 12 meses. 2. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretados e consolidados pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("IOPS") e orientações ("OOPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são apresentadas em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia e suas controladas. Também foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando classificado como disponível para venda. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversos bases de avaliações contábil nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Para fins de comparação com o período corrente, reclassificamos para custo os valores de FUST e FUNTEL de aproximadamente R\$130.525 referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, anteriormente apresentados como redutores de receita. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. Os novos pronunciamentos, interpretações, alterações ou melhorias, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, estão descritos a seguir:

IAS 19 - Plano de Benefícios Definidos: Contribuições por Parte do Empregado. A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços com um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça contribuições com redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. A Companhia adotou estas alterações e todas as divulgações sobre este plano estão descritas na Nota 17. **IFRS 8 - Segmentos Operacionais.** As alterações são aplicadas retrospectivamente e esclarecem que: "Uma entidade deve divulgar os julgamentos feitos pela administração na aplicação dos critérios de agregação descritos no parágrafo 12 da IFRS 8, incluindo uma breve descrição de segmentos operacionais que foram agregados e as características econômicas (ex.: vendas e margens brutas) utilizadas para avaliar se os segmentos são 'similares'." A conciliação de ativos de segmento com o total do ativo deve ser divulgada se a reconciliação for reportada ao tomador de decisão operacional em nível de diretoria, semelhante à divulgação exigida para os passivos do segmento. A Companhia não aplica os critérios de agregação descritos na IFRS 8.12. A aplicação desta norma não causou impactos na forma de apresentação pois não é aplicável a Companhia. **IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 38 - Ativo Intangível.** A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis ajustando-se o valor contábil bruto do ativo ao valor de mercado ou determinando o valor de mercado do valor contábil e ajustando o valor contábil bruto proporcionalmente de modo que o valor contábil resultante seja igual ao valor de mercado. Além disso, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores brutos e os valores contábeis do ativo. A reavaliação de ativo imobilizado e ativos intangíveis não é permitida no Brasil. **IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas.** A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações de partes relacionadas. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração. Essa alteração não é aplicável para a Companhia. **IFRS 3 - Combinações de Negócios.** Estas alterações mudaram a contabilidade de contratação em combinação de negócios. Contratações contingentes na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Além disso, esclareceu as exceções de escopo na IFRS 3, quais sejam: • Empreendimentos conjuntos, e não apenas *joint ventures*, estão fora do escopo da IFRS 3; e • Aplicam-se somente à contabilização das demonstrações financeiras do empreendimento conjunto em si. Durante o exercício de 2015 e 2014, não houve eventos, relevantes, de combinações de negócios na Companhia. Adicionalmente, a Companhia não possui empreendimento conjunto relevante, logo essa alteração não possui efeitos relevantes para a Companhia. **IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo.** A alteração se aplica prospectivamente e esclarece que a exceção de carteira na IFRS 13 pode ser aplicada não só a ativos financeiros e passivos financeiros, mas também a outros contratos que se enquadram no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável). A Companhia não aplica a exceção de carteira descrita na IFRS 13. **IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.** Esclarecem o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A adoção da norma não teve impacto na posição financeira da Companhia. **IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos.** Removem consequências não intencionais da IFRS 13 *Mensuração do Valor Justo* sobre as divulgações exigidas pelo IAS 36. Além disso, essas alterações exigem a divulgação dos valores recuperáveis dos ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para as quais tenha sido reconhecida uma perda por não recuperabilidade (*impairment*) durante o período. A aplicação dessas revisões não causa impactos nas divulgações da Companhia, uma vez que não há registro de perdas não recuperáveis nos exercícios apresentados. **IFRIC 2 Tributos.** Esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A IFRIC 2 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Administração analisou as suas práticas contábeis e constatou que não houve impactos em decorrência da adoção dessa norma. Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória: **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros; Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do período: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções. A adoção da IFRS 9 terá impactos apenas na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia e suas controladas não possuem atividades de hedge. **IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas.** A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar informações adicionais sobre as rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Esta norma não se aplica às atividades da Companhia. **IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes.** Uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017, podendo ser adotada de forma retrospectiva ou utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos potenciais em seus resultados financeiros. **IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.** Ativos (ou grupos de alienação) são geralmente alienados por meio da venda ou distribuição a titulares. A alteração esclarece que mudar de um desses métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original. Portanto, não há interrupção da aplicação das exigências da IFRS 5. Essa alteração deve ser aplicada prospectivamente, entrando em vigor para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016. **IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. (i) Contratos de serviço:** A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza dessa taxa e a acordo em comparação com a divulgação para envolvimento contínuo na IFRS 7. O fim de uma atividade contábil é exigida, a avaliação do balanço patrimonial agregado não é necessária e o envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, as divulgações exigidas não precisarão ser fornecidas para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações. Essa alteração entra em vigor para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016. (ii) **Aplicabilidade das alterações na IFRS 7 para demonstrações financeiras intermediárias condensadas.** A alteração esclarece que as exigências de divulgação de compensação não se aplicam a demonstrações financeiras intermediárias condensadas, a não ser que essas divulgações forneçam uma atualização significativa às informações reportadas no relatório anual mais recente. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Esta norma não é aplicável às demonstrações financeiras anuais da Companhia. **IAS 19 - Benefícios aos Empregados.** A alteração esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados atualizada é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Não se espera que essa alteração tenha impacto significativo para a Companhia.

Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação. As alterações na IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras esclarecem, em vez de mudar significativamente, as exigências existentes da IAS 1. As alterações

	Cisão		Eliminações		Total
	Embrapar	Embratel	Embrapar	Embratel	
	(1.611.967)	(1.547.324)	(8.824.750)	(4.675.223)	25.622.739
	(1.611.967)	(1.547.324)	(8.824.750)	(4.675.223)	29.832.699
	-	-	-	-	4.505.538
	-	-	-	-	17.981.031
	(1.611.967)	(1.547.324)	(8.824.750)	(4.675.223)	7.346.130

esclarecem: • As exigências de materialidade nas IAS 1. • Que itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados. • Que as entidades têm flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras. • Que a parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) contabilizada utilizando o método patrimonial deve ser apresentada de forma agregada como um único item de linha, e classificada entre aqueles itens que serão ou não posteriormente reclassificados para resultado. Adicionalmente, as alterações esclarecem as exigências que se aplicam quando subtotais adicionais são apresentados no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes. Essas alterações estão vigentes para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo para a Companhia. **Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação.** As alterações abordam questões que têm surgido na aplicação de exceções a entidades de investimento segundo a IFRS 10. As alterações na IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica a controladora que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo. Além disso, as alterações na IFRS 10 esclarecem que somente uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimento e que preste serviços de suporte para a entidade de investimento é consolidada. Todas as demais subsidiárias de uma entidade de investimento são mensuradas a valor justo. As alterações na IAS 28 permitem que o investidor, ao aplicar o método patrimonial, retenha a mensuração a valor justo aplicada pela entidade de investimento associada ou *joint venture* às suas participações em subsidiárias. Essas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e vigentes para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada. Esta norma não se aplica à Companhia. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 17 de março de 2016. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. 3. **Políticas contábeis:** 3.1. **Bases de consolidação.** Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisões para cobertura de passivo a especifico de controladas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

	2015	2014
ATL Cayman International Ltd.	100,00%	100,00%
Telet BVI, Inc.	100,00%	100,00%
Telex Ltd.	100,00%	100,00%
Claro Corporate	100,00%	100,00%
Latam Towers Infraestrutura de Torres Ltda.	99,80%	99,80%
Star One	100,00%	100,00%
PMS	100,00%	100,00%
TdB	100,00%	100,00%
BrasilCenter	100,00%	100,00%
Reyc	99,99%	99,99%
Ney Brasil	99,99%	99,99%
Reyc	99,99%	99,99%
Musica	100,00%	100,00%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. O controle é obtido quando a Companhia está exposta, ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a investida. Os princípios de controle são aplicados aos ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, créditos com partes relacionadas e outros ativos circulantes. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e outros passivos circulantes. **Mensuração subsequente.** A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são classificados assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Quando a Companhia e suas controladas não estiverem em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia e suas controladas podem optar em reclassificar esses ativos financeiros. A reclassificação para empréstimos, títulos e valores mobiliários e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo e da intenção da Administração. *Investimentos mantidos até o vencimento.* Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia e suas controladas tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesas financeiras no resultado. *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado.* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos controlados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos na IFRS 38 (IAS 39). Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Mensuração do valor justo.** A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. Além disso, os valores justos dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá. "No principal mercado para o ativo ou passivo." Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas. O valor justo de um ativo ou passivo é medida usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso. A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para usar mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis e valores e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável. **3.5. Contas a receber.** As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, simcards e acessórios (Nota 6). **3.6. Transações denominadas em moeda estrangeira.** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos (Nota 22). **3.7. Estoques.** Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, simcards, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração (Nota 7). **3.8. Investimentos.** Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são saldos e mínimos necessários para a determinação de controle. Os ativos e investimentos em investidas da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial. Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição. O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia. Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 nenhuma perda foi reconhecida pela Companhia. As participações permanentes em controladas estão sendo avaliadas na controladora pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9). **3.9. Imobilizado.** O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, incluindo os juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações e entrada em operação no caso dos bens de capital. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada ao final de cada exercício. Os gastos de investimento com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência (Nota 10). Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são imobilizados. Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.10. Arrendamento mercantil.** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Companhia e suas subsidiárias como arrendatários. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa no período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que os respectivos pagamentos não sejam feitos nesse período. Companhia e suas subsidiárias como arrendadores. Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo líquido e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento de base semelhante à receita de aluguel. Aluguel são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **3.11. Intangível.** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear (Nota

11). Incluem ainda, os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e valores de fundo de comércio referentes a lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos). A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. **3.12. Provisão para recuperação de ativos.** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: a) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. b) Ativos Intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.13. Provisão para contingências.** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relev

valor presente de ativos e passivos. Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quanto o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **3.22. Apuração do resultado.** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A Companhia e suas controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato. As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago. As receitas de venda de aparelhos celulares, celulares, acessórios e acessórios) são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, e os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização. **3.23. Campanhas promocionais.** Custos e despesas referentes a campanhas promocionais, incluindo as vendas de aparelhos celulares e acessórios a valores inferiores aos custos de aquisição, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.24. Subvenção e assistência governamentais.** A edição da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atuação se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos. A Companhia possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Nordeste. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2017 (para os estados: PI, BA, SE, AL e RN) e 2018 (para os estados: PB, CE e PE). Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos. **3.25. Resultado financeiro.** Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, empréstimos, financiamentos e debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de juros, dividendos e juros sobre capital próprio aplicável). **3.26. Participações de não controladoras.** Resulta da participação de não controladoras na controlada. **3.27. Avaliação da recuperação do valor contábil.** A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: • **Receitas.** Projetadas com base na realização do ano de 2015 e projeções orientamentárias para 2016, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrente da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada. • **Custos e despesas operacionais.** Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes. • **Investimentos de capital.** Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente. Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1). **3.28. Demonstração do fluxo de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

2015		2014	
Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
2.456.767	895.605	1.826.863	673.527
614.710	221.295	498.558	179.481
706.946	254.501	694.139	250.043
694.654	250.075	515.495	185.578
556.627	200.386	608.399	219.023
582.357	209.758	419.880	151.481
5.612.061	2.031.620	4.563.334	1.659.133

Passivo fiscal diferido
Inovação tecnológica (3.617) (695) (3.657) (717)
Prêmio sobre emissão de debêntures (1.776) (640) (1.776) (640)
Correção monetária especial (18.915) (6.809) (18.915) (6.809)
Intangível (95.569) (34.405) (95.526) (34.390)
Ativo Imobilizado (766) (276) (766) (276)
Ágio em aquisições (2) (587.336) (144.621) (548.434) (133.231)
(707.979) **(187.446)** **(669.074)** **(176.063)**
4.904.082 **1.844.174** **3.894.260** **1.483.070**

(1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio vertido da incorporada NET. Em 30 de agosto de 2013, a NET incorporou a GB Empreendimentos e Participações S.A. ("GB"), sociedade anteriormente controlada pela Embrapar e, até então, controladora da GB, a fim de simplificar a estrutura organizacional de seus investimentos, aproveitar sinergias, reduzir custos operacionais e outros benefícios. Considerando que o patrimônio da GB era constituído, exclusivamente, de investimento na NET, a incorporação da GB pela NET não resultou em aumento de capital. Como consequência, a participação que a Embrapar e a Embratel, detinham indiretamente na NET, através da própria GB, passou a ser detida diretamente, simplificando a estrutura do grupo societário. Com esta incorporação reversa, a NET sucedeu a GB no direito de amortização, para fins fiscais, de um benefício no montante de R\$975.023. Conforme Instrução CVM 319 e respectiva nota explicativa emitidas pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC09 (R1) emitida pelo CPC, o referido imposto diferido ativo teve como contrapartida a rubrica denominada "reserva especial de ágio oriundo da incorporação da GB" no patrimônio líquido. Durante o primeiro trimestre de 2014 a Administração da Incorporada NET, revisou o prazo de amortização do crédito fiscal com base no laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Conforme descrito na Nota 1 a) Embrapar, Embratel e NET foram incorporadas pela Claro. (2) Passivo fiscal diferido oriundo da incorporada NET (combinação de negócios da Vivax Ltda, NET Jundiá Ltda, Big TV e ESC 90), conforme pronunciamento técnico CPC 15. Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Controladora		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.659.889	974.010	2.818.235	1.031.018
Adições	420.826	151.497	420.826	151.497
Baixas	(35.947)	(10.272)	(35.947)	(10.272)
Créditos oriundos de incorporação (Nota 1)	754.015	336.166	851.273	371.272
Baixa Americal	-	-	(155.706)	(56.053)
Outros	(1.779)	(641)	(1.779)	(641)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.797.004	1.447.960	3.894.260	1.483.070
Adições	1.060.445	379.269	1.074.568	384.357
Baixas	(51.710)	(18.616)	(64.746)	(23.253)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.805.739	1.808.613	4.904.082	1.844.174

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	Controladora (*)	Consolidado (*)
2016	1.724.044	1.707.729
2017	915.703	911.825
2018	1.074.932	1.072.423
2019	1.114.583	1.103.332
2020	1.276.637	1.285.537
2021	384.925	541.099
2022	19.237	19.237
2023 a 2025	999.595	1.002.499
	7.509.756	7.643.681

(*) Corresponde ao total do ativo diferido, sem incluir o valor do passivo que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

9. Investimentos: Na controladora, a movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

Saldos em 31/12/2014		2015		2014	
Investimento	Ágio	Resultado da perda passivo a descoberto (1)	Amortização de ágio	Outros ajustes de controlada	Redução/aumento de capital
Claro Corporate	85.284	85.523	-	423	-
MPO	316	-	(1.014)	-	750
Imusica	-	43.312	(5.965)	(190)	1.458
BrasilCenter	45.463	-	(844)	-	-
TdB	344.720	-	(29.704)	-	100.000
Star One	948.953	-	214.172	-	(46.850)
PMS	514.377	-	22.824	-	(32.148)
Net Brasil	3.019	-	281	-	-
REYC	190.776	-	(45.393)	-	-
ATL Cayman	-	-	(14.461)	-	-
Outros	19	-	-	-	(6.797)
	2.132.927	128.835	(20.426)	150.859	(190)
	2.261.762	-	-	150.669	423

(1) Vide composição da Nota 15 - Provisões

Em 30 de abril de 2015, foi aprovada em AGE a proposta de destinação do dividendo adicional proposto no montante de R\$108.901, relativo ao saldo remanescente do lucro líquido ajustado, após reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 da controlada TdB. Em 10 de setembro de 2015, foi deliberada em AGE a redução de capital, na controlada TdB, no montante R\$100.000, mediante o cancelamento de 105.792 ações. Em 17 de dezembro de 2015, foi deliberado AGE, aumento de capital, na controlada Imusica, no montante R\$14.480, com emissão de 14.480.011 ações ordinárias subscritas e integralizadas pela Companhia, com a capitalização recursos oriundos de adiantamento para futuro aumento do capital ("AFAC") no montante de R\$12.630 e R\$1.850 em espécie. Em 29 de dezembro de 2015, foi deliberado em AGE, aumento de capital no montante de R\$750 na controlada MPO, com emissão de 150.000,00 ações ordinárias, subscritas e integralizadas pela Companhia, através da emissão de 75.000,000 ações ordinárias. Em 30 de dezembro de 2015, em reunião do conselho de administração da controlada Star One, foi deliberada a aprovação do pagamento JSCP, considerando o resultado até novembro de 2015, a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2015, no montante de R\$46.850. Em 30 de dezembro de 2015, em AGE da controlada PMS, foi deliberada a aprovação do pagamento de JSCP, considerando o valor da reserva de lucro existente em 31 de dezembro de 2014, a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2015, no montante de R\$32.148. Em 31 de dezembro de 2015, os detalhes das principais controladas diretas e coligada, são como se seguem:

Controladas diretas/coligada	Lucro (prejuízo) líquido		Patrimônio líquido		Ordinárias/quotas		Preferenciais		Total		Capital votante	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Claro Corporate	-	85.707	-	85.706	-	100,00	-	-	-	100,00	-	-
MPO	(2.028)	104	1.413.069	-	50,00	50,00	-	-	-	-	-	-
Imusica	(9.463)	(810)	14.641	-	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-
TdB	(29.704)	106.115	58.020	58.020	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-
BrasilCenter	(844)	44.619	95.839	-	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-
Star One	214.172	1.116.275	105.471	-	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-
PMS	22.824	505.053	2.627	5.254	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-
Net Brasil	281	3.300	2.099	-	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-
REYC	(45.392)	145.383	5.283	-	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-

Os investimentos no consolidado estão compostos como se seguem:

	2015	2014
MPO Processadora de pagamentos S.A ("MPO")	52	315
Outros	19	19
	71	334

b) Movimentação

	Controladora		2015		2014	
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados
Custo						
Saldos em 31/12/2013	11.202.927	4.441.957	3.884.435	160.511	26.808	2.189.038
Adições	11.308	155.127	1.041	-	-	312.957
Baixas	(276)	(2.737)	(5.740)	-	(31)	(17.333)
Transferências	1.180.949	317.466	634.345	7.024	22	221.452
Efeitos da incorporação (Nota 1)	30.721.355	1.774.877	7.739.904	1.163.219	210.633	1.454.890
Saldos em 31/12/2014	43.116.263	6.686.690	12.253.985	1.330.754	237.432	3.989.254
Adições	2.924.027	106.594	4	2.402	1.465	310.951
Baixas	(201.947)	(5.642)	(57.655)	-	-	(14.931)
Transferências (1)	2.605.380	552.122	1.329.828	3.633	150	285.287
Saldos em 31/12/2015	48.443.723	7.339.764	13.526.162	1.336.789	239.047	4.742.311

Depreciação

	2015	2014
Saldos em 31/12/2013	(6.633.664)	(2.269.993)
Adições	(961.877)	(475.301)
Baixas	26	2.595
Transferências	1.063	222
Efeitos da incorporação (Nota 1)	(19.440.859)	(1.262.589)
Saldos em 31/12/2014	(27.035.311)	(4.005.066)
Adições	(4.126.885)	(572.600)
Baixas	199.925	5.618
Transferências (1)	(974.749)	182
Saldos em 31/12/2015	(31.937.020)	(4.571.866)

Saldos líquidos em 31/12/2013

	2015	2014
Saldos líquidos em 31/12/2013	4.569.263	2.171.964
Saldos líquidos em 31/12/2014	16.080.952	2.681.624
Saldos líquidos em 31/12/2015	16.506.703	2.767.898

Consolidado

	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Ajuste a valor de realização "Impairment"	Imobilizado em andamento (2)	Total
Custo									
Saldos em 31/12/2013	11.397.478	4.954.849	3.921.423	165.613	199.399	2.195.413	-	920.808	23.754.983
Adições	11.319	166.042	1.041	-	-	313.257	-	2.760.094	3.251.753
Baixas	(4.497)	(2.747)	(5.567)	-	(31)	(17.656)	-	-	(31.498)
Transferências	1.212.825	338.847	635.311	7.193	15	222.471	-	(2.442.936)	(26.474)
Mudança de Participação - Americal	(222.038)	(544.407)	(37.126)	(5.270)	(1.355)	(6.692)	-	(28.610)	(845.498)
Efeitos da incorporação (Nota 1)	33.429.934	2.086.937	8.058.132	1.173.401	131.115	1.673.600	(1.360.775)	4.483.969	49.676.313
Saldos em 31/12/2014	45.825.021	6.999.321	12.572.214	1.340.937	329.143	4.380.393	(1.360.775)	5.693.325	75.779.579
Adições	2.796.996	106.893	4	2.402	1.465	290.367	-	4.948.757	8.149.584
Baixas	(201.947)	(5.647)	(57.655)	-	-	(15.142)	-	(16.499)	(296.890)
Transferências (1)	3.468.811	552.397	1.420.439	4.025	85.674	226.252	-	(5.997.993)	(240.395)
Saldos em 31/12/2015	51.888.881	7.652.964	13.935.002	1.347.364	416.282	4.884.570	(1.360.775)	4.627.590	83.391.878

Depreciação

	2015	2014
Saldos em 31/12/2013	(6.719.957)	(2.504.266)
Adições	(981.222)	(521.289)
Baixas	1.352	2.603
Transferências	1.063	222
Mudança de Participação - Americal	(21.392.416)	(1.522.718)
Efeitos da incorporação (Nota 1)	(28.986.869)	(4.265.217)
Saldos em 31/12/2014	(4.259.353)	(580.772)
Adições	199.925	5.618
Baixas	(974.874)	294
Transferências (1)	(3.021.171)	(4.840.077)
Saldos em 31/12/2015	(4.840.077)	(10.824.591)

Saldos líquidos em 31/12/2013

	2015	2014
Saldos líquidos em 31/12/2013	4.677.521	2.450.583
Saldos líquidos em 31/12/2014	16.838.152	2.734.104
Saldos líquidos em 31/12/2015	17.867.710	2.712.887

1. Representam transferências de imobilizado em andamento para operação bem como para o intangível. 2. O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4G) e construção de satélites pela controlada Star One. 1. Bens vinculados aos contratos de concessão: Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, firmados pela incorporada Embratel e transferidos para a Claro em função da reorganização societária mencionada na Nota 1, estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões. Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. 2. Bens dados em garantia: Em 31 de dezembro de 2015, a Claro possui imóveis e outros ativos imobilizados, arrolados e/ou nomeados à penhora em processos judiciais em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$511.6

b) Movimentação:

	Controladora							Total	
	Licenças de outorga	Direito de uso de software	Ágio	Direito de uso de circuitos	Fundo de comércio	Outros ativos intangíveis	Carteira de clientes/ contrato de uso da marca/outras licenças		Ajuste a valor de realização Impairment
Custo									
Saldos em 31/12/2013	10.582.187	405.604	-	36.759	85.191	15.795	-	2.239	11.127.775
Adições	257.187	32.602	388.370	-	-	15	-	2.811.323	3.489.497
Baixas	-	-	-	-	(92)	-	-	-	(92)
Transferências	-	26.562	-	-	5.889	-	-	-	32.451
Efeitos da incorporação (Nota 1)	43.767	2.776.605	3.327.157	742.845	-	90.002	1.416.595	(157.725)	8.338.283
Saldos em 31/12/2014	10.883.141	3.241.373	3.715.527	779.604	90.988	105.812	1.416.595	(157.725)	22.987.914
Adições	77.962	343.581	-	-	-	131	-	-	1.062.286
Baixas	(7.256)	-	-	(379)	-	-	-	-	(7.635)
Transferências (1)	14.547	110.327	(273.625)	445.383	219	1.043	272.582	-	209.035
Saldos em 31/12/2015	10.968.394	3.695.281	3.441.902	1.224.608	91.207	106.855	1.689.308	(157.725)	24.251.600
Amortização									
Saldos em 31/12/2013	(8.668.721)	(364.960)	-	(9.677)	(80.523)	(3.639)	-	-	(9.127.520)
Adições	(339.490)	(19.719)	(111.646)	(2.512)	(5.519)	(4.419)	-	-	(481.595)
Transferências	-	(2.228)	-	-	-	-	-	-	(2.228)
Efeitos da incorporação (Nota 1)	(19.421)	(1.970.122)	(174.207)	(287.674)	-	(74.212)	(582.778)	157.725	(2.950.689)
Saldos em 31/12/2014	(9.027.632)	(2.355.289)	(285.853)	(539.863)	(86.042)	(82.270)	(582.778)	157.725	(12.562.522)
Adições	(293.889)	(148.770)	-	(53.122)	(1.451)	(6.820)	(145.109)	-	(649.161)
Baixas	-	-	-	380	-	-	-	-	380
Transferências (1)	-	1	112.689	-	-	(1.001)	(111.688)	-	1
Saldos em 31/12/2015	(9.321.521)	(2.504.058)	(173.164)	(352.605)	(87.493)	(90.091)	(839.575)	157.725	(13.210.782)
Saldos líquidos em 31/12/2013	1.913.466	40.644	-	27.082	4.668	12.156	-	2.239	2.000.255
Saldos líquidos em 31/12/2014	1.855.509	886.084	3.429.741	479.741	4.946	23.542	833.817	2.912.599	10.425.912
Saldos líquidos em 31/12/2015	1.646.873	1.191.223	3.268.738	872.003	3.714	16.764	849.733	3.191.770	11.040.818

	Consolidado							Total	
	Licenças de outorga	Direito de uso de software	Ágio	Direito de uso de circuitos	Fundo de comércio	Outros ativos intangíveis	Carteira de clientes/ Contrato de uso da marca/outras licenças		Ajuste a valor de realização Impairment
Custo									
Saldos em 31/12/2013	10.582.196	406.095	-	36.759	85.191	15.795	-	2.240	11.128.276
Adições	257.188	32.835	44.666	-	-	15	-	2.818.648	3.153.352
Baixas	-	-	-	-	(92)	-	-	-	(92)
Transferências	-	26.798	-	-	5.889	-	-	-	32.687
Mudança de Participação - Americe	(9)	(81)	-	-	-	-	-	-	(90)
Efeitos da incorporação (Nota 1)	144.106	2.962.200	3.670.861	754.462	-	136.177	1.416.595	(163.234)	9.034.616
Saldos em 31/12/2014	10.983.481	3.426.967	3.715.527	791.221	90.988	151.987	1.416.595	(163.234)	23.341.598
Adições	77.962	343.963	1.459	-	-	507	131	-	1.066.635
Baixas	(7.257)	(46)	-	(379)	-	(128)	-	-	(7.810)
Transferências (1)	14.547	148.770	(233.025)	445.383	219	(29.168)	276.690	-	(381.626)
Saldos em 31/12/2015	11.068.733	3.919.654	3.483.961	1.236.225	91.207	123.198	1.693.416	(163.234)	24.662.213
Amortização									
Saldos em 31/12/2013	(8.668.722)	(365.070)	-	(9.677)	(80.523)	(3.639)	-	-	(9.127.631)
Adições	(339.489)	(18.116)	(2.512)	-	(5.519)	(4.489)	-	-	(370.125)
Transferências	-	(2.228)	-	-	-	-	-	-	(2.228)
Mudança de Participação - Americe	1	223	-	-	-	-	-	-	224
Efeitos da incorporação (Nota 1)	(48.460)	(2.130.924)	(285.853)	(298.516)	-	(75.749)	(582.778)	162.978	(3.259.302)
Saldos em 31/12/2014	(9.056.670)	(2.516.115)	(285.853)	(310.705)	(86.042)	(83.877)	(582.778)	162.978	(12.759.062)
Adições	(300.555)	(159.723)	-	(54.140)	(1.451)	(8.874)	(154.397)	256	(669.884)
Baixas	-	(57)	-	399	-	(1.204)	-	-	(862)
Transferências (1)	-	-	112.689	-	-	(1.001)	(111.689)	-	(1)
Saldos em 31/12/2015	(9.357.225)	(2.675.895)	(173.164)	(364.446)	(87.493)	(94.956)	(839.864)	163.234	(13.429.809)
Saldos líquidos em 31/12/2013	1.913.474	41.025	-	27.082	4.668	12.156	-	2.240	2.000.645
Saldos líquidos em 31/12/2014	1.926.811	910.852	3.429.674	480.516	4.946	68.110	833.817	(256)	10.582.536
Saldos líquidos em 31/12/2015	1.711.508	1.243.759	3.670.797	871.779	3.714	28.242	853.552	3.209.053	11.232.404

1) Representam transferências do intangível em andamento para operação bem como do imobilizado para o intangível.

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Nacionais	7.139.945	6.974.241	7.212.620	7.227.330
Internacionais	266.173	378.883	534.884	378.883
Interconexão e roaming	23.860	170.939	23.860	170.939
Cobilling	29.873	32.406	30.790	32.406
	7.459.851	7.556.469	7.802.154	7.809.556
Circulante	6.980.206	6.717.091	7.322.509	6.970.180
Não circulante	479.645	839.378	479.645	839.378

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	Total	2015	2014	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	1.064.477	2.550.000	3.614.477	91.744	3.499.593	3.591.337
Finame (b)	357.592	250.580	608.173	344.223	456.008	800.231
	1.422.069	2.800.581	4.222.650	435.967	3.955.601	4.391.568
Moeda estrangeira	-	-	-	33.251	989.240	1.022.491
Global Notes (c)	-	-	-	33.251	989.240	1.022.491
Total da dívida	1.422.069	2.800.581	4.222.650	469.218	4.944.841	5.414.059

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Moeda nacional				
Debêntures (a)	1.848.195	2.484.308	4.332.503	88.127
Finame (b)	357.592	250.580	608.173	344.223
	2.205.787	2.734.888	4.940.675	432.350
Moeda estrangeira	-	-	-	33.251
Global Notes (c)	-	-	-	33.251
Total da dívida	2.205.787	2.734.888	4.940.675	465.601

Os empréstimos, financiamentos e debêntures contratados são para cobertura das necessidades operacionais das controladas. Em 31 de dezembro de 2015, a posição de endividamento, consolidada, era:

	Controladora		Custo médio	
	Montante	% da dívida	Montante	% da dívida
Em moeda nacional				
Circulante	1.422.069	33,7	87,8	CDI
Não circulante	2.800.581	66,3	104,7	CDI
Total da dívida	4.222.650	100,0		

a) Debêntures: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de debêntures emitidas pela entidade incorporada Embratel, era de: (i) Saldo de 9.500 debêntures quirográficas, emitidas em 25 de março de 2014, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 2 anos, remuneradas a 107% da taxa DI e pagamento anual de juros. (ii) Saldo de 4.000 debêntures quirográficas, emitidas em 30 de setembro de 2013, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 5 anos, remuneradas a CDI mais 1,05% a.a. e pagamento mensal de juros. (iii) Saldo de 2.150 debêntures quirográficas, emitidas em 21 de setembro de 2012, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 5 anos, remuneradas a CDI mais 1% a.a. e pagamento mensal de juros. Em 25 de junho de 2014, a controladora Star One emitiu debêntures quirográficas, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 2 anos, remuneradas a 107% do CDI e com pagamento de juros no vencimento final. Em 29 de julho de 2014, foram subscritas mais 2.100 debêntures, da primeira emissão da controladora Star One, totalizando R\$210.000. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação e também não possuem qualquer forma de garantia ao credor. b) Finame: Refere-se ao financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) visando à expansão e modernização da rede de serviços. Para todas as liberações de Finame, o prazo para amortização do valor de principal é de 36 meses com carência de 2 anos e as taxas de juros obtidas foram de 3%, 3,5%, 6% e 9,5% a.a.. Nas operações de Finame, os próprios equipamentos financiados se constituem em garantias fiduciárias. c) Global Notes 2020: Em 25 de março de 2015, a Claro liquidou antecipadamente os títulos Global Notes 2020 (vencimento 27 de janeiro de 2020 e juros nominais de 7,50% Guaranteed Notes) no montante de US\$350.000.000,00 de principal. O desembolso de caixa foi de R\$1.090.950 para o pagamento de principal e R\$62.653 para o pagamento de juros, líquido do prêmio por conta do pré-pagamento. Para realização deste pagamento foi contratado mútuo com a parte relacionada Amov Finance no montante de R\$1.153.603, com juros semestrais, taxa fixa de 13,50% a.a. e vencimento em 25 de março de 2018. d) Compromissos financeiros e não financeiros: Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de e financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros.

14. Obrigações fiscais e tributos diferidos, líquidos:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Obrigações fiscais, líquidas				
FUST/FUNTEL /FISTEL	189.750	193.947	190.435	194.683
ICMS (1) (3)	-	411.001	4.752	426.633
PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL (2)	10.869	141.527	15.949	147.180
Outros (3)	18.021	56.860	22.767	63.819
Total	216.640	803.335	233.903	832.114
Circulante	73.917	784.682	96.783	812.994
Não circulante	144.723	18.653	145.120	19.120
Tributos diferidos, líquidos (4)				
Depreciação diferida dos satélites (5)			86.928	37.216
Juros capitalizados (6)			74.745	29.776
Outras diferenças temporárias			(11.185)	(4.033)
			150.488	62.959

(1) Em setembro de 2015, a Claro aderiu ao programa especial para pagamento de dívidas tributárias no Estado do Rio de Janeiro instituído pela lei 7.020/2015 e Decreto 45.285/2015. Os débitos tributários foram pagos integralmente à vista no valor de R\$204.354, sendo R\$200.879 pagos ao Estado e R\$3.475 pagos à Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, a título de honorários de sucumbência, após a redução de 60% dos juros e 100% da multa, conforme previsto nas referidas legislações tributárias. (2) A Companhia optou por incluir no parcelamento especial, previsto na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, débitos federais e previdenciários referentes aos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em agosto de 2014 a Claro aderiu ao programa especial para pagamento de dívidas tributárias federais instituído pelas leis 11.941/2009 e 12.865/2013. Em setembro de 2015 a Receita Federal do Brasil disponibilizou o sistema para consolidação dos débitos neste programa (Refs da Copa). Quando da consolidação, identificou-se divergência entre os valores inicialmente calculados e aqueles apresentados pela Receita Federal do Brasil. A controladora realizou a regularização, resultando em pagamento a vista de R\$8.400 e utilização de Prejuízos Fiscais para compensação de Juros após reduções conforme previsto nas referidas legislações tributárias no montante total de R\$29.538. (3) Em dezembro de 2015 a Companhia pagou débitos relativos aos autos de infração do município de Curitiba com benefícios instituídos pela Lei complementar 95/2015, com 80% de multa e 90% de juros; débitos oriundos do Estado do RS, com os benefícios instituídos pelo Decreto nº 52.532/2015, o qual concedia 65% de redução de multa e 40% de redução de juros; débitos do Estado do RN com benefícios instituídos pelo Decreto 25.650/2015 com redução de 95% de multa e 80% de juros; débitos do Estado da BA pagos com benefícios instituídos pela Lei 13.449/2015 com 85% de redução de juros e multa e débitos quitados no Estado de SP com benefícios instituídos pelo Decreto 61.625/2015 com redução de 75% de multa e 60% de juros. Os débitos totalizavam R\$38.265, com o benefício oferecido pelos Estados e Municípios o pago foi de R\$20.169. (4) Saldo de tributos diferidos passivos da controladora Star One, apresentado líquido do tributo diferido ativo. (5) Em 2015 foi iniciada a depreciação por turno para fins fiscais. (6) O aumento em 2015 decorre de investimentos nos satélites DI e C4 e da variação cambial.

15. Provisões: a) Composição

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contingências				
Tributárias	3.932.346	3.134.171	3.943.859	3.146.733
Regulatórias, civis e ambientais	1.167.034	1.131.270	1.179.989	1.142.948
Trabalhistas e previdenciárias	406.140	379.689	415.403	389.520
	5.505.520	4.645.130	5.539.891	4.679.201
Provisão para desmantelamento de ativos	609.737	530.016	609.737	530.016
Participação de empregados no resultado	370.129	341.495	384.066	352.255
Provisão para perdas com investimentos	22.068	20.426	-	-
Total de provisões	6.507.454	5.537.067	6.532.994	5.561.742
Circulante	438.870	420.493	452.845	431.739
Não circulante	6.068.584	5.116.574	6.079.849	5.130.203

a Companhia constituiu provisões de R\$620.080 (R\$596.431 em 31 de dezembro de 2014) com risco provável. a) MMDs: Em 16 de outubro de 2012, a Claro venceu a licitação pública 004/2012/PP/SCV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio VEMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDs, a Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para

16.2. Remuneração dos administradores.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014 (1)	2015	2014 (1)
Salário	6.796	1.686	9.191	1.686
Benefícios diretos e indiretos	2.631	1.564	2.740	1.564
Participação nos resultados	6.333	1.123	7.292	1.123
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	903	–	903	–
Outros	894	377	1.180	377
Total	17.557	4.750	21.306	4.750

(1) O valor das remunerações dos administradores, reconhecida nos resultados consolidados da Companhia, não contempla a remuneração das empresas incorporadas em 31 de dezembro de 2014, uma vez que seus efeitos somente foram reconhecidos nos resultados a partir de 2015, conforme Nota 1.

17. **Passivo atuarial.** Demonstrativo de movimentação do passivo atuarial, na controladora e no consolidado: Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2014 (1) 864.102 Outros resultados abrangentes (110.119) Atualizações atuariais 5.157 Custos dos serviços e juros, líquidos 97.176 Pagamentos efetuados (54.085) Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2015 802.231 Circulante 21.886 Não circulante 780.345

(1) O saldo de passivo atuarial em 31 de dezembro de 2014 é oriundo de incorporação, conforme Nota 1. A Claro e suas controladas Star One, PMS e TdB são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, quais sejam: (i) Plano de Benefício Definido ("PBD") e Plano de Assistência Médica ("AMAP") para os aposentados participantes do PBD; A Claro; (ii) Plano de Contribuição Variável ("PCV"): A Claro e suas controladas Star One, PMS e TdB; e (iii) PGBL ("Plano Gerador de Benefício Livre"): A Claro. A Claro oferece plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego. A exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego na modalidade de benefício definido concedidos aos empregados. Por conta das obrigações com o AMAP, a Claro possui obrigações, no passivo não circulante, que somavam R\$780.345 em 31 de dezembro de 2015. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2015 é de R\$47.521. Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pelo Ministério de Previdência Social ("PREVIC"), a alteração do regulamento do PBD e publicada no Diário Oficial no dia 2 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o art. 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano. A taxa de contribuição da patrocinadora referente ao antigo plano PBD para o exercício de 2015 é de 17,53%, incidente sobre o salário de participação para os 4 participantes ativos deste plano. Em 31 de dezembro de 2015 a posição consolidada de participantes do PBD era: 4 ativos, 3.330 aposentados e pensionistas. A Claro oferece a seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL ("Plano Gerador de Benefício Livre"), por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos. A partir de 1º de maio de 2009, a ITAUPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford. A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAUPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014. O Plano de Contribuição Definida ("PCD"), foi instituído pelo Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano e variável e a contribuição da patrocinadora é de 3% a 8% do salário aplicável do participante, além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade. Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCD. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2015, monta à importância de R\$31.428, sendo R\$21.886 no circulante e R\$9.542 no não circulante. Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014. As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCD até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento. Em 31 de dezembro 2015 a posição consolidada de participantes do PCV era: 6.949 ativos, 3.121 aposentados e 147 pensionistas. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2015 é de R\$7.539. Adicionalmente, a Claro e suas controladas participam com o mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário base, livremente escolhido pelo participante, ou seja, que variam entre 1% e 7%. O valor do principal é pago no mês em que o participante aposenta-se, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano. Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, da controladora e consolidado:

	31/12/2015	
	AMAP	PBD
Valor presente das obrigações atuariais	(775.315)	(1.735.536)
Valor justo dos ativos	4.513	2.830.091
Superávit (déficit) do plano	(770.802)	1.094.555
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	–	(1.094.553)
Plano de benefício ativo, líquido	–	(2)
Dívida contratada	–	–
Total do passivo atuarial	(770.802)	–

	31/12/2015	
	AMAP	PBD
Saldo inicial	(831.935)	(1.643.050)
Custo do serviço corrente	(8.561)	20
Custo dos juros	(97.908)	(189.168)
Contribuições dos participantes do plano	–	(35)
Ganho/perdas atuariais	162.827	96.679
Benefícios pagos para ativos do plano	262	–
Saldo final	(775.315)	(1.735.536)

	31/12/2015	
	AMAP	PBD
Saldo inicial	4.130	2.772.288
Rendimentos sobre ativos do plano	293	325.698
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	(309)	(102.102)
Contribuições da patrocinadora	42.468	55
Contribuições dos participantes do plano	–	35
Benefícios pagos	(42.069)	(165.883)
Saldo final	4.513	2.830.091

	31/12/2015	
	AMAP	PBD
Saldo inicial	1.129.233	(136.523)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	–	171.203
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	–	(1.094.553)
Saldo final	1.129.233	(136.523)

Ano	AMAP	PBD
	2016	45.151
2017	51.236	176.365
2018	57.826	182.336
2019	64.829	188.214
2020	71.962	193.932
2020 a 2026	472.506	1.045.146

	31/12/2015	
	AMAP	PBD
Custo do serviço corrente	(8.561)	(20)
Juros líquido passivo (ativo)	(97.615)	(7)
	(106.176)	(27)

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, referente ao plano PCV:

	31/12/2015	
	Controladora	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais	(1.169.035)	(1.180.649)
Valor justo dos ativos	1.768.525	1.784.985
Superávit (déficit) do plano	599.490	604.336
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	(599.490)	(604.318)
Plano de benefício ativo, líquido	–	(18)
Dívida contratada	(31.428)	(31.428)
Total do passivo atuarial	(31.428)	(31.428)

	31/12/2015	
	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	(1.175.470)	(1.187.278)
Custo do serviço corrente	(485)	(513)
Custo dos juros	(135.953)	(137.315)
Ganho/perdas atuariais	39.214	39.784
Benefícios pagos para ativos do plano	103.659	104.673
Saldo final	(1.169.035)	(1.180.649)

Ano	Controladora	Consolidado
	2016	115.538
2017	120.071	121.376
2018	124.647	125.989
2019	129.246	130.622
2020 a 2026	735.470	742.924

	31/12/2015	
	Controladora	Consolidado
Custo do serviço corrente	(485)	(512)
Juros líquido passivo (ativo)	452	467
	(33)	(45)

Principais premissas atuariais utilizadas:
a) **Fatores econômicos.**
(i) Taxa de desconto 12,57% a.a.
(ii) Taxa anual de inflação a longo prazo 5,00% a.a.
(iii) Crescimento dos custos médicos 6,50% a 11,50% a.a.
(iv) Crescimento dos custos médicos por faixa etária 4,00% a.a.
(v) Custo médico (máximo) anual, entre 60 e 65 anos de idade R\$7.572 (1)
(1) Baseado na experiência do plano com participantes aposentados nos exercícios de 2015 e 2014.
b) **Fatores biométricos.**
(i) Tábua de mortalidade geral AT-2000 (2)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos PBD e AMAP: CSO80 e PCV: CSO58
(iii) Tábua de entrada em invalidez UP 84 Modificada (2)
(iv) Rotatividade Nula

(2) Tábuas específicas por sexo.
Análise de sensibilidade. As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

	Mortalidade		Taxa de desconto		Custos médicos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Taxa de desconto	–	–	+1%	-1%	+1%	-1%
Crescimento dos custos médicos	–	–	+1%	-1%	+1%	-1%

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
PBD	109.392	(124.837)	–	–
AMAP	82.436	(94.549)	(82.708)	70.920
PCV	81.647	(93.648)	–	–

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
PBD	109.392	(124.837)	–	–
AMAP	82.436	(94.549)	(82.708)	70.920
PCV	82.401	(94.508)	–	–

A natureza dos investimentos dos planos, no consolidado, está alocada como segue:

	31/12/2015		
	AMAP	PBD	PCV
Ações	–	6,46%	–
Fundos de investimento	100,00%	88,16%	99,10%
Investimentos imobiliários	–	5,07%	–
Outros	–	0,31%	0,90%
	100,00%	100,00%	100,00%

18. **Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015, a Companhia aprovou o cancelamento das 635.938 ações, sendo 272.790 ações ordinárias e 363.148 ações preferenciais, com redução do capital social em R\$344.355. O capital social passou de R\$12.043.020 para R\$11.698.647, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 49.615.409 ações, sendo 16.477.659 ações ordinárias e 33.137.750 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 28 de dezembro de 2015 houve aumento de capital de R\$797.115 passando o capital social da Companhia de R\$11.698.646, para R\$12.495.762, o aumento do capital foi integralizado à vista por meio de créditos devedor do acionista Clarorap contra a Companhia, no valor de R\$789.000 e de parcela da reserva especial de ação da Companhia no montante de R\$8.115, realizada em proveito exclusivo da acionista controladora da Companhia, nos termos da instrução CVM nº 319/99. Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito da Companhia na controladora e consolidado, foi de R\$12.495.762, composto por ações nominativas e sem valor nominal, dividido em 53.926.707 sendo 20.788.957 ações ordinárias e 33.137.750 ações preferenciais. b) **Reserva de capital:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia baixou R\$17.797, onde R\$8.115 foi integralizado no Capital Social e R\$9.681 foi utilizado para redução do prejuízo acumulado. c) **Reserva legal:** Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser integralmente destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2014, foram absorvidos pela reserva legal, o montante R\$205.191 de prejuízos acumulados. d) **Ganhos e perdas em transações de capital:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou ganho em função do aumento de capital. e) **Outros resultados abrangentes:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuariais – Plano AMAP e reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior. 19. **Receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Comunicação de dados e outros TV por assinatura	13.073.824	6.740.774	13.939.564	6.753.808
Serviços locais	8.120.746	–	8.124.193	–
Longa distância	7.263.962	5.571.969	7.261.518	5.571.969
Venda de aparelhos e acessórios	3.131.731	233.863	3.122.247	233.863
	1.247.861	1.407.235	1.247.861	1.407.235
	32.838.124	13.953.841	33.695.383	13.966.875

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. 20. **Custo dos serviços prestados e produtos vendidos:**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Depreciação e amortização	(6.012.218)	(2.231.757)	(6.203.623)	(2.299.323)
Interconexão	(3.075.966)	(1.557.025)	(3.102.451)	(1.557.025)
Canais de conteúdo	(3.628.575)	–	(3.665.548)	–
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(1.645.730)	(2.059.100)	(1.642.514)	(2.059.100)
Taxas e contribuições	(1.474.162)	(1.185.225)	(1.486.601)	(1.187.498)
Serviços de terceiros	(1.768.339)	(768.532)	(1.787.901)	(806.089)
Aluguéis	(784.148)	(606.734)	(790.877)	(639.254)
Mão de obra própria	(1.503.686)	(139.715)	(1.566.643)	(147.047)
Outros	(508.121)	(392.090)	(519.711)	(214.381)
	(20.400.945)	(8.940.178)	(20.765.869)	(8.909.717)

21. **Custos e despesas por natureza:** As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Serviços de terceiros	(7.665.593)	(2.032.644)	(7.478.865)	(2.072.003)
Depreciação e amortização	(6.857.468)	(2.701.122)	(7.063.554)	(2.768.687)
Mão-de-obra própria	(3.523.757)	(955.689)	(3.850.595)	(963.121)
Interconexão	(3.075.966)	(1.905.238)	(3.102.451)	(1.727.681)
Canais de conteúdo	(3.628.575)	–	(3.665.548)	–
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(1.645.730)	(2.059.100)	(1.642.514)	(2.059.100)
Taxas e contribuições	(1.571.437)	(1.185.225)	(1.588.509)	(1.187.498)
Aluguéis	(879.167)	(701.351)	(887.290)	(733.871)
Publicidade	(1.112.603)	(635.887)	(1.112.603)	(635.887)
Devedores duvidosos (1)	(1.041.551)	(314.997)	(1.047.683)	(314.997)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	459.631	(709.086)	426.666	(712.925)
	(30.542.216)	(13.200.339)	(31.012.946)	(13.175.770)
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	(20.400.945)	(8.940.178)	(20.765.869)	(8.909.717)
Despesas com vendas	(7.109.865)	(3.523.923)	(7.136.992)	(3.527.912)
Despesas gerais e administrativas	(3.522.887)	(1.157.482)	(3.584.303)	(1.159.415)
Outras receitas operacionais, líquidas	491.501	421.244	474.218	421.274
	(30.542.216)	(13.200.339)	(31.012.946)	(13.175.770)

(1) Compreende, também, outras perdas relacionadas com o contas a receber.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras	339.871	524.374	174.520	565.463
Receitas com operações financeiras	404.864	1.297.181	416.047	1.297.181
Variações cambiais - contas ativas	–	100.365	70	102.277
Variações monetárias - contas ativas	744.735	1.921.920	590.637	1.964.921

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas financeiras	(4.222.572)	(853.521)	(4.061.900)	(805.559)
Despesas com operações financeiras e juros	(3.736.214)	(3.234.500)	(3.881.445)	(3.234.855)
Variações cambiais - contas passivas	(64.275)	(222.588)	(65.594)	(263.337)
Variações monetárias - contas passivas	(8.023.061)	(4.310.259)	(8.008.939)	(4.303.751)
	(7.278.326)	(2		